



Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

**RELATÓRIO DE CONCRETIZAÇÃO DO
PROCESSO DE BOLONHA**

CURSO DE LICENCIATURA EM TURISMO

Ano de 2007/08

Grupo de Trabalho:

Carlos Fernandes
Nino Fonseca
Helena Santos Rodrigues
Maria José Costa Barros

Fevereiro de 2009

APRESENTAÇÃO DO IPVC

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo é uma instituição de Ensino Superior Público, criado pelo Decreto-Lei nº 380/80, de 16 de Agosto. É uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, administrativa, financeira e patrimonial. Os seus estatutos foram homologados pelo Despacho Normativo nº 23/95, de 9 de Maio.

O IPVC possui, a nível interno, um conjunto de regulamentos que orientam a multiplicidade de Unidades Orgânicas e órgãos de gestão que o constituem. A nível externo a Lei nº 54/90, de 5 de Setembro – Estatuto e Autonomia dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico – é um documento legal de extrema importância para o IPVC, referindo no nº 1 do seu artigo 8º que *“aos institutos politécnicos cabe assegurar, nos domínios da gestão do pessoal, da gestão administrativa e financeira, do planeamento global e do apoio técnico em geral, as funções inerentes à coordenação das actividades das diferentes instituições que o integram, numa perspectiva de racionalização e optimização de recursos”*.

O seu principal objectivo, bem como o das escolas que o compõem, é oferecer um contexto global que possibilite uma formação superior multidisciplinar, fomentando o desenvolvimento da população e consequentemente das actividades exercidas na região.

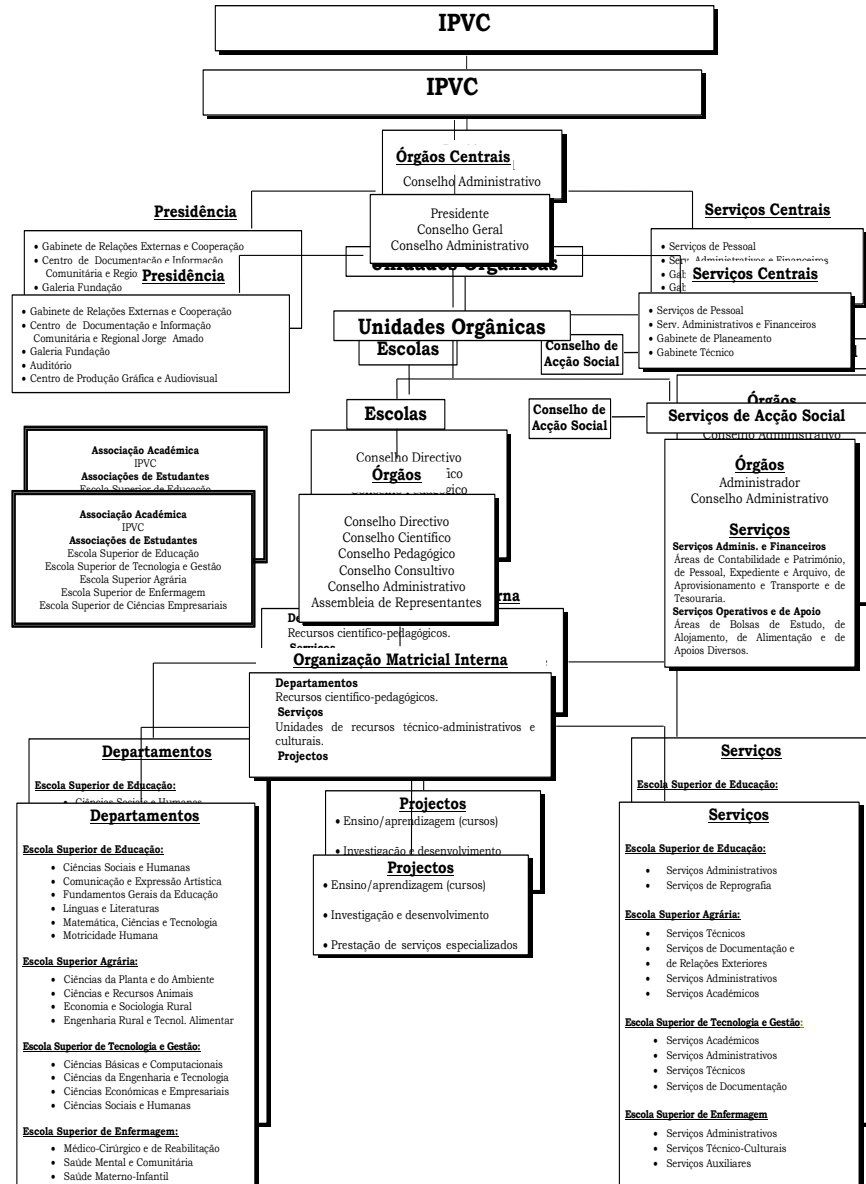
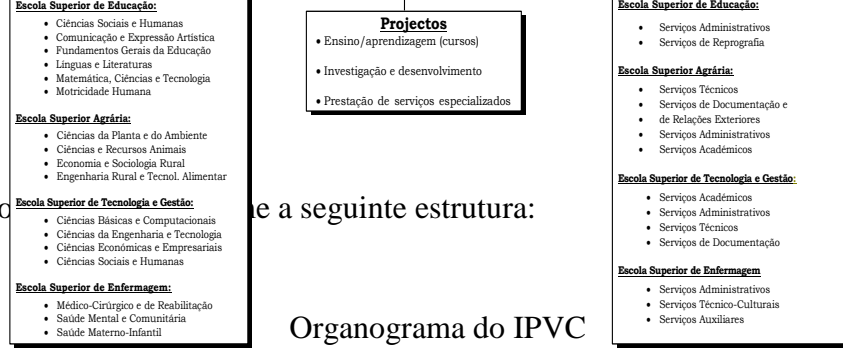
ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA ACTUAL DO IPVC

Nos termos da citada Lei 54/90, de 5 de Setembro – Art.º 1º -- “Os Institutos Politécnicos são Instituições de Ensino Superior que integram duas ou mais Escolas Superiores globalmente orientadas para a prossecução dos objectivos do Ensino Superior Politécnico numa mesma região, as quais são orientadas para efeitos de concertação das respectivas políticas educacionais e de optimização de recursos”. Ainda nos termos desta lei, “para além das Escolas Superiores, os Institutos podem integrar outras unidades orgânicas orientadas para a prossecução dos seus objectivos”.

IPVC está d

e a seguinte estrutura:

Organograma do IPVC



O IPVC tem uma estrutura matricial, apostando na flexibilidade e na optimização dos recursos como forma de aumentar a eficiência e racionalidade dos serviços. Desenvolve actualmente, e de modo transversal à instituição, a implementação de um Sistema de Gestão de Qualidade, tendo-se candidatado à certificação na qualidade segundo as normas ISO, processo este que virá a definir e normalizar todo o procedimento de

gestão da instituição e constituindo um objectivo operacional de 2008 (QUAR, 2008). Desde 1996 as Unidades Orgânicas gozam de autonomia administrativa e financeira, conforme o preconizado estatutariamente.

O IPVC integra 6 unidades orgânicas orientadas para projectos de ensino – **as Escolas Superiores** – e os **Serviços de Acção Social**, vocacionado para a prestação de serviços sociais aos alunos. Cabendo ao Instituto assegurar a coordenação institucional das actividades de gestão de pessoal, patrimonial, administrativa, financeira, planeamento global e apoio técnico.

As referidas unidades orgânicas são:

- **Escola Superior de Educação (ESE).**
Criada pelo Decreto-Lei nº 513-T/79, 26/1



- **Escola Superior Agrária (ESA)**
Criada pelo Decreto-Lei nº 46/85, 22/11



- **Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG)**
Criada pelo Decreto-Lei nº 46/85, 22/11



- **Escola Superior de Ciências Empresárias (ESCE)**
Criada pelo Decreto-Lei nº 46/85, 22/11



- **Escola Superior de Enfermagem (ESENF), que passará a designar-se Escola Superior de Saúde (ESS)**
Criada pelo Decreto-Lei nº 821/89, 15/9



As Escolas Superiores são, até à entrada em vigor dos novos estatutos, pessoas colectivas de direito público dotadas de autonomia científica, pedagógica e administrativa e possuem órgãos próprios: Assembleia de Representantes, Conselho Directivo, Conselho Científico, Conselho Pedagógico, Conselho Consultivo e Conselho

Administrativo. A sua organização matricial interna é composta por: Departamentos, Projectos e Serviços.

O IPVC está dotado de **Serviços de Acção Social** que são uma unidade orgânica dotada de autonomia administrativa e financeira, tendo iniciado a sua actividade em Abril de 1994, embora desde 1987 que os alunos do Instituto Politécnico de Viana do Castelo têm usufruído de bolsas de estudo e apoio social.

Com a publicação do Decreto-Lei 129/93 de 22 de Abril, são estabelecidas as bases do sistema de acção social para o ensino superior e definidos os seus princípios e objectivos, sendo o regulamento orgânico dos Serviços de Acção Social aprovado em 1995, despacho I.P.V.C. – 09/95 de 28 de Agosto, e o quadro de pessoal aprovado pela Portaria nº 1224/95 de 10 de Outubro.

O CURSO DE TURISMO

Uma nova realidade emerge no Ensino Superior, fruto de diferentes factores como a massificação, a globalização e a internacionalização, o advento das novas tecnologias e, particularmente, de estratégias comuns como as observadas na Declaração de Bolonha (1999), reforçada por políticas de gestão de qualidade (Declaração de Dubrovnik, 2002) e consubstanciada em diferentes resoluções emanadas da União Europeia, bem vinculadas na Estratégia de Lisboa (2000).

O enquadramento legislativo desta mudança de paradigma (DL nº 42/2005 de 22 de Fevereiro; DL nº 74/2006 de 24 de Março; DL nº 107/2008 de 25 de Junho), incorpora o compromisso nacional da adequação de todos os ciclos de estudo ao novo modelo de Bolonha (até 2009/2010) e implica, segundo o art.º 66º-A do DL nº 76/2006, evidenciar políticas e estratégias, bem como resultados, tendo em vista a concretização dos objectivos inerentes ao referido Processo de Bolonha. É, neste pressuposto, que se apresenta o relatório do **Curso de Turismo** do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

MOMENTOS SIGNIFICATIVOS NA EVOLUÇÃO DO CURSO

O Curso de Turismo da Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG) do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) teve início em 1989 com a publicação na Portaria n.º. 65/89 de 30 de Janeiro, rectificado, posteriormente, pela Portaria n.º. 1279/93 de 16 de Dezembro. Em 1999, o Curso de Turismo foi reestruturado em Licenciatura Bi-etápica, tendo o correspondente plano de estudos sido aprovado pela Portaria n.º. 722/99 de 24 de Agosto. A Licenciatura Bi-etápica sofreu, em 2003, nova reestruturação, com o respectivo plano de estudos aprovado pela Portaria n.º. 1414/2003, de 23 de Dezembro.

Em 2007, o curso foi estruturado como ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto), que veio estabelecer um conjunto de novos princípios e regras de organização da formação de nível superior, como resultado da incorporação dos objectivos e princípios gerais delineados pela Declaração de Bolonha. O plano de estudos actual é composto por 180 ECTS e tem uma duração lectiva de seis semestres.

O ano de 2004, constituiu um marco para o Curso de Turismo pois registou excelentes resultados no processo de avaliação externa realizado pelo Ministério da tutela. Neste mesmo ano, foi criado o **Laboratório de Turismo**, que tem sido uma grande mais valia como complemento educativo e pedagógico da formação prática, fundamentalmente pelo apoio das novas tecnologias como o sistema computadorizado de reservas GALILEO (CBT + Simulador) e outro software, nomeadamente o SPSS, que é assegurado de forma permanente neste local.

Em 2005, o Curso de Turismo obteve o reconhecimento e **certificação** Tedqual, por parte da **Organização Mundial do Turismo**, resultado da aposta na qualidade de ensino.

OBJECTIVOS E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS VISADOS PELO CICLO DE ESTUDOS

O Decreto-Lei nº. 74/2006, de 24 de Março, regulamenta as alterações introduzidas pela Lei nº. 49/2005, de 30 de Agosto, que alterou a Lei de Bases do Sistema Educativo, relativas ao novo modelo de organização do ensino superior, adoptando os resultados do trabalho colectivo realizado a nível europeu. Este define que os objectivos de cada ciclo de formação devem ser definidos tendo em consideração as competências a adquirir,

Neste contexto, para o Curso de Turismo, considerou-se que o grau de licenciado deve ser atribuído aos alunos que demonstrem ter adquirido as competências que o habitem ao exercício da profissão de Técnico de Turismo a seguir enunciadas:

Tabela 1: competências gerais, específicas e transversais

Competências Gerais	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender os princípios do turismo nas suas dimensões espacial, social, cultural, jurídica, política, laboral e económica. • Saber aplicar as directivas emanadas pelas estruturas organizacionais do turismo (nacionais e internacionais). • Conhecer os principais agentes turísticos. • Adquirir conhecimentos sobre procedimentos operativos dos diferentes tipos de instituições e empresas turísticas e respectivos modos de organização/gestão.
Competências Específicas	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o carácter dinâmico e evolutivo do turismo e da nova sociedade do ócio. • Adquirir capacidade para a pesquisa e habilitação para a resolução de problemas, compreendendo métodos de adquirir, interpretar e analisar a informação apropriada ao seu contexto académico e profissional. • Compreender o funcionamento dos destinos, estruturas turísticas e a interacção entre os turistas, o território e as comunidades de acolhimento. • Conhecer as principais estruturas político-administrativas turísticas. • Dominar os diferentes tipos de operações turísticas. • Compreender o enquadramento legal que regula as actividades turísticas. • Analisar os impactos gerados pelo turismo. • Conhecer e inventariar recursos naturais e culturais. • Conhecer e utilizar as Tecnologias da Informação e das Comunicações (TIC) nos vários âmbitos do sector turístico. • Comunicar eficazmente de forma oral e escrita, em pelo menos duas línguas estrangeiras, num contexto profissional.
Competências Transversais	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a dimensão inter-cultural do turismo. • Desenvolver a capacidade de empreendedorismo e agir como efectivo agente de mudança. • Optimizar os instrumentos de comunicação.

AS MUDANÇAS CURRICULARES

A estrutura curricular está, numa primeira fase, composto pelas áreas de base, de ciências complementares e, parcialmente, pela área do conhecimento. Nas áreas de base, os alunos aprenderão as bases fundamentais da sua área de especialidade, bem como o papel e a importância que essa área tem no mundo do trabalho, na sociedade e no contexto internacional. São introduzidos nesta fase conceitos básicos relativos à introdução ao estudo do turismo, com o objectivo de desenvolver nos alunos a capacidade de demonstrar compreensão da natureza, dimensão e operação do turismo doméstico e internacional. Os estudos da área de conhecimento e profissionalizantes aprofundam os saberes sobre as áreas principais, interesses, funções e aplicações ao sector turístico e familiarizarão os alunos com os fundamentos teóricos.

Numa segunda fase, o plano de estudos contempla disciplinas da área do conhecimento e de especialização. O grande objectivo é que os alunos compreendam o contributo das várias disciplinas para explicar a natureza e desenvolvimento do turismo. Nesta fase serão desenvolvidas as principais áreas profissionais do sector turístico. Os alunos explorarão conceitos de política e planeamento e compreenderão as diversas formas de avaliar e controlar o desenvolvimento do turismo.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO ESTUDANTIL

A evolução do curso de Turismo tem reflectido a procura, cada vez mais intensa desta área de especialização do ensino superior.

Tabela 2: Taxas de Ocupação e de Inscrição

	<u>Taxas de Ocupação e de Inscrição</u>	
	<u>2006/2007</u>	<u>2007/2008</u>
Colocados	35	35
Colocados matriculados	35	34
Vagas	35	35
Taxa de ocupação relativa (1ª fase): Colocados/Vagas	100%	100%
Taxa de ocupação efectiva (1ª e 2ª fases): Colocados matriculados /Vagas	100%	97%
Taxa de inscrição: Colocados matriculados / Colocados	100%	97%

Em qualquer dos anos lectivos em análise, as taxas de ocupação e de inscrição foram bastante elevadas, apesar da ligeira queda de 3 pontos percentuais em 2007/2008.

Tabela 3: Candidatos e Vagas

<u>Candidatos e Vagas</u>		
	2006/2007	2007/2008
Candidatos	285	338
Candidatos em 1ª Opção	191	228
Colocados	35	35
Vagas	35	35
Candidatos/Vagas	8,14	9,66
Candidatos em 1ª Opção/Vagas	23,46	23,61
Candidatos em 1ª Opção/Candidatos	67%	67%

A procura do curso de turismo, já de si bastante elevada (8 alunos por vaga disponível) em 2006/2007, registou um ligeiro acréscimo em 2007/2008 (cerca de 10 candidatos por vaga disponível). Não obstante, quer o número de candidatos em 1ª opção relativamente ao número de vagas, quer a percentagem de candidatos em 1ª opção relativamente ao total de candidatos mantiveram-se praticamente inalterados.

Tabela 4: Candidatos e Colocados

<u>Candidatos e Colocados</u>		
	2006/2007	2007/2008
Candidatos	285	338
Colocados	35	35
Colocados em 1ª Opção	ND	ND
Colocados/Candidatos	12%	10%
Colocados em 1ª Opção/Colocados	ND	ND
Colocados em 1ª Opção/Candidatos	ND	ND

NOTA: ND = não disponível.

Registou-se, quer em 2006, quer em 2007, o preenchimento total das vagas postas a concurso.

Tabela 5: Notas da 1ª Fase

	<u>Notas na 1ª Fase</u>	
	<u>2006/2007</u>	<u>2007/2008</u>
Nota do 1º colocado	ND	ND
Nota do último colocado	12,74	13,50
Média das notas dos últimos colocados na ESTG	11,69	11,99

NOTA: ND = não disponível.

Tabela 2: Notas na 2ª Fase

	<u>Notas na 2ª Fase</u>	
	<u>2006/2007</u>	<u>2007/2008</u>
Nota do 1º colocado	ND	ND
Nota do último colocado	12,80	14,28
Média das notas dos últimos colocados na ESTG	11,86	13,22

NOTA: ND = não disponível.

As notas do último aluno colocado registaram um ligeiro acréscimo entre os dois anos lectivos em análise, constatando-se ainda que dito valor é ligeiramente mais elevado na 2ª fase de candidaturas.

APROVEITAMENTO ESCOLAR

O Processo de Bolonha teve o seu início na ESTG no ano lectivo de 2007/2008. Portanto este ano foi um ano de transição e adaptação dos cursos e dos planos de estudos.

No ano de 2006/2007 e 2007/2008 foram disponibilizadas pelo IPVC 35 vagas para o curso de Turismo.

Tabela 7: Candidaturas por fases de concurso

Ano	N.C	Nº Candidatos			Colocados	Inscritos	Colocados	Inscritos	Total Candidatos.	Total Colocados	Total Inscritos
		1ª	2ª	3ª	1ª Fase		2ª Fase				
2006/07	35	191	55		35	31	4	4	285	39	35
2007/08	35	228	100	10	35	29	7	6	338	43	35

Nota: N.C.= Numerus clausus

Verificou-se, para as três fases de concurso (2), em ambos os anos lectivos, um crescimento importante do número de candidatos ao curso de Turismo, apesar da estabilidade das vagas a concurso em ambos os anos (35 vagas). De ressaltar que em ambos os anos as vagas a concurso foram preenchidas na primeira fase.

Estes dados evidenciam a sustentabilidade do curso de Turismo e revelam que, apesar da entrada em vigor da licenciatura de Bolonha, é um curso que preenche as preferências dos candidatos.

Esta situação, além de revelar a preferência dos candidatos, pode encontrar explicação nas alterações verificadas a nível da prova específica requerida para o acesso ao curso de Turismo. A fórmula de calculo de acesso ao ensino superior mantém-se estável nos últimos anos ($Nota\ de\ candidatura = 65\% \times Média\ do\ Secundário + 35\% \times Provas\ específicas$), no entanto mudou a prova específica requerida, como é possível ver na (Tabela 8).

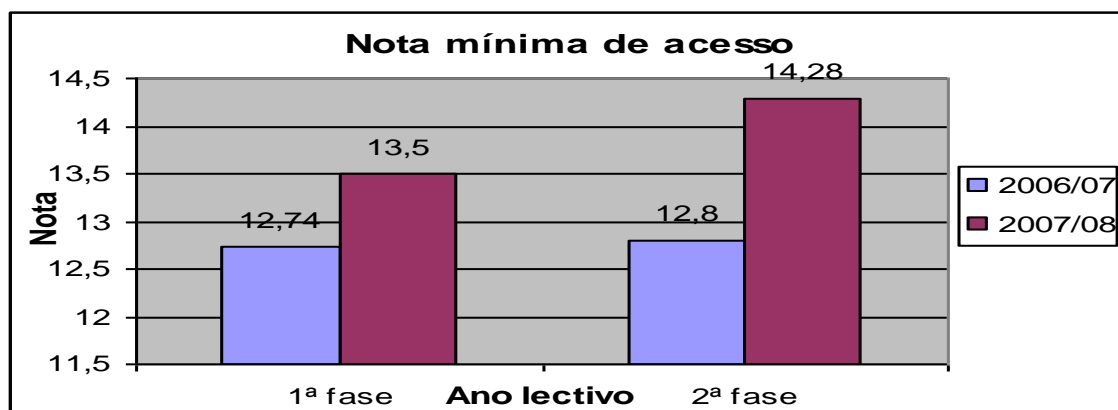
Tabela 3: Descritivo das provas específicas de acesso

Ano lectivo	Específicas		Específicas		Específicas
2005/2006	Inglês e História	ou	Inglês e Economia	ou	n.a.
2006/2007	História	ou	Economia	ou	Português
2007/2008	Português	ou	História	ou	Geografia

Nota: n.a.= Não aplicável

Verificou-se no ano lectivo de 2007/2008 a mais alta nota mínima de ingresso no Curso de Turismo, quer na primeira fase (13,5 valores) quer na segunda fase (14, 28 valores). Estes dados reforçam o aumento da procura do curso de Turismo da ESTG.

Gráfico 1: Nota mínima de ingresso no curso de Turismo (2006/2007 e 2007/2008)



Para os anos lectivos de 2006/2007 e 2007/2008 verificou-se uma estabilidade no número de vagas a concurso do curso de Turismo (35 alunos).

No ano lectivo de 2006/2007 ingressaram no curso de Turismo 35 alunos pelo contingente normal e 8 pelos restantes contingentes.

No ano lectivo de 2007/2008, verificou-se que aos 35 novos alunos que ingressaram pelo contingente normal acresceram 10 alunos oriundos dos restantes contingentes, perfazendo um total de 55 alunos inscritos.

Tabela 9: Distribuição dos alunos do 1º ciclo

Ano	NC	1º CICLO								
		1ºAno			2ºAno			3ºAno		
		Inscritos	N.º Ins. 1ª vez	Repetentes	Inscritos	N.º Ins. 1ª vez	Repetentes	Inscritos	N.º Ins. 1ª vez	Repetentes
2006-07	35	54	43	11	37	13	24	68	22	46
2007-08	35	55	45	10	50	30	20	47	19	28

Analisando a tabela anterior, verificamos que a estabilidade do Numerus Clausus está acompanhada com uma estabilidade do número de alunos inscritos. Há a realçar um decréscimo do número de alunos repetentes em todos os anos lectivos em funcionamento em 2007/08 (ano de entrada em vigor do Processo de Bolonha na ESTG), relativamente ao ano de 2006/2007.

Com a adaptação do curso de Turismo ao Processo de Bolonha no ano lectivo de 2007/2008, surgiu, necessariamente, um novo formato disciplinar que resultou na adaptação e/ou na criação de algumas Unidades Curriculares novas. Este facto faz com que as inscrições nas disciplinas nos dois anos lectivos não sejam directamente comparáveis.

Para os alunos inscritos nas Unidades Curriculares descritas verificamos diferentes tipologias de inscrição, prevalecendo em ambos os anos lectivos a inscrição como aluno “normal”.

Tabela 10: Alunos inscritos por tipo de aluno

Tipo de aluno	2006/2007	Variação	2007/2008
Normal, Socrates	42	-12%	37
Dirigente Associativo	32	91%	61
Maternidade/Paternidade, Trab. Est.	6	417%	31
Normal	1607	162%	4213
Trabalhador Estudante	389	165%	1029
Externo	4		0

Estes alunos durante os anos lectivos considerados seguiram diferentes formas de avaliação prevalecendo a avaliação por frequência para ambos os anos lectivos. Cabe ressaltar que a título excepcional verificamos um número anormal de equivalências no ano lectivo de 2007/2008 coincidente com a transição do anterior plano de estudos para o plano de estudos adaptado ao Processo de Bolonha.

Tabela 4: Alunos inscritos por época de avaliação e status

Época Avalia Final	Status	2006/2007	2007/2008
Erasmus/Sócrates	Aprovados	39	70
	Reprovados	5	0
Programa Vasco da Gama	Aprovados	5	0
	Reprovados	5	0
Recurso	Aprovados	179	131
	Reprovados	629	91
	Perdeu A Validade	0	3
	Reprovado N/Admitido	0	2
Melhoria	Aprovados	11	16
Equivalência	Aprovados	13	2504
Ex.Extraord.	Aprovados	3	7
	Reprovados	3	1
Ex.Extraord. 2	Aprovados	0	4
	Reprovados	0	1
Frequência	Aprovados	789	1464
	Reprovados	2	85
	Inscrito	2	0
	Perdeu A Validade	0	27
	Reprovado N/Admitido	0	12
Época Normal	Aprovados	269	265
	Reprovados	32	449
	Perdeu A Validade	0	18

DIPLOMADOS

Para os alunos inscritos nos terceiros, quartos e quintos anos da licenciatura em Turismo verificaram-se distintas situações, por um lado houve alunos da Licenciatura Bietápica que:

- (i) Estando no quinto ano, terminaram a licenciatura Bietápica;
- (ii) Estando no quarto ano, transitaram para a Licenciatura de Bolonha,
- (iii) Estando no terceiro ano, transitaram para a Licenciatura de Bolonha

Portanto, neste ano de 2007/2008, surgiram licenciados pelo formato da licenciatura de Bolonha oriundos do terceiro, quarto e quinto anos da licenciatura Bietápica. Destes, no final de 2007/2008, licenciaram-se 2 alunos pela licenciatura Bietápica, 124 pela licenciatura de Bolonha e 22 alunos repetiram de ano.

Tabela 12: tipologias de alunos finalistas no ano lectivo de 2007/2008

Finalistas	Licenciados bietápica	Licenciados Bolonha	Repetem o ano
148	2	124	22

Tendo decorrido no ano de 2007/2008 a primeira inscrição de alunos do percurso normal de Bolonha. Estes alunos, que seguem o percurso normal da licenciatura de Bolonha, apenas terminarão a sua licenciatura no ano lectivo de 2009/2010.

Assim, logo à partida não há paralelo em termos de êxito de diplomados via Bolonha com diplomados de outras tipologias de licenciatura.

ACOMPANHAMENTO DO SUCESSO ESCOLAR

O Processo de Bolonha, com ênfase no “saber fazer” e “aprendizagem ao longo da vida”, veio reforçar a estratégia que já estava a ser posta em prática no Curso de Turismo. A adequação do Curso a Bolonha serviu para mobilizar energias e criar confiança. Conteúdos programáticos, em geral, foram reformulados e estruturados, de forma a tentar melhorar a formação específica que o Turismo hoje requer ao nível técnico e profissional. Inovação, tecnologia, empreendedorismo e desafio da mudança foram reforçados, por forma a melhorar a *performance* dos alunos e dos docentes.

Seguindo estudos permanentes e análises estatísticas adequadas, tem-se vindo a acompanhar a evolução da taxa de insucesso escolar. Desse processo resultou a identificação de disciplinas críticas com taxas de reprovação mais acentuadas. Cientes da necessidade de contrariar este fenómeno, foram implementadas medidas no sentido de corrigir estas situações, nomeadamente:

- Diversificação dos métodos de avaliação (nunca haver apenas um momento de avaliação);
- Integrar os alunos em projectos logo no início do ano;
- Parte das aulas são asseguradas em locais fora da ESTG (unidades de alojamento e restauração, animação, agência de viagens, etc.);
- Formação tecnológica, com software de Galileo, SPSS entre outros, acesso ao *sciencedirect* (revistas científicas da área de especialização);
- Apresentações de projectos em *Powerpoint*;
- Comunicação e acesso ao material de apoio através do Moodle.

PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES E DOCENTES

As recomendações expressas no relatório das duas auditorias realizadas ao Curso de Turismo, em 2004 para a avaliação externa por parte do Ministério da tutela e em 2005 pela Organização Mundial de Turismo foram fundamentais para, gradualmente, transformar a forma de ensinar e aprender. O ponto identificado no relatório da Organização Mundial de Turismo, que mereceu mais atenção foi “a necessidade de melhorar a comunicação interna no curso”. Consequentemente, a forma adoptada para a participação dos estudantes e docentes não é através de inquéritos realizados pontualmente, mas sim através de outros canais, nomeadamente dos novos meios de tecnologia (quase diariamente), reuniões regulares com os delegados de turma, o mínimo de uma reunião por semestre com todos os docentes, uma reunião geral por ano, onde todos os alunos e docentes são convocados.

Estudantes, contactados através dos delegados de turma, e todos os docentes que asseguram serviço lectivo no Curso de Turismo estão constantemente a ser informados de acontecimentos que envolvem o Curso de Turismo. Para todos os documentos (relatórios, calendarização de épocas de avaliação, métodos de avaliação, etc.) solicitados ao Coordenador do Curso, é solicitado o feedback dos estudantes e docentes. As reuniões da Comissão de Curso servem para aprofundar, reflectir e debater determinados assuntos que necessitam de uma análise mais ampliada e que, por vezes, serve para definir estratégia.

APOIO À EMPREGABILIDADE

Numa altura em que enfrentamos uma crise global do emprego, o Turismo é inquestionavelmente uma das actividades económicas com mais potencial para gerar emprego. O Curso de Turismo focaliza-se na necessidade de dotar os diplomados com competências de empregabilidade, definidas como competências requeridas não só para a obtenção de um emprego mas também para progredir no interior de uma empresa de forma a concretizar o potencial do indivíduo e fazê-lo contribuir para as directivas estratégicas da empresa. Existem oito competências de empregabilidade: comunicação,

trabalho de equipa, resolução de problemas, iniciativa e empreendedorismo, planeamento e organização, autonomia, aprendizagem e tecnologia. O Curso de Turismo satisfaz a aplicação destas oito competências.

A orientação estratégica seguida para o Curso de Turismo centra-se num plano curricular de banda larga que conduza, ou potencie, a **empregabilidade**. O plano de estudos baseia-se numa aprendizagem centrada na **Resolução de Problemas** (*Problem-based Learning*) e **Saber Fazer**, neste sentido são comumente apresentados aos alunos problemas paradigmáticos baseados em situações reais que estes poderão vir a enfrentar no mundo do trabalho. Este tipo de aprendizagem também pressupõe que os alunos tenham, ou adquiram, capacidades de trabalho individual, uma vez que são chamados e incentivados para encontrar o seu próprio modo de aprendizagem e por pesquisarem os conhecimentos necessários para atingirem os objectivos estabelecidos para cada disciplina.

No sentido de apoiar a empregabilidade dos alunos do Curso de Turismo, foram celebrados protocolos com entidades a nível nacional, e.g. Associação da Hotelaria de Portugal e a Galileo Portugal, neste caso integrando o respectivo portal de emprego, assim como, com entidades regionais para a realização de prática profissional.

É de salientar que uma componente de competitividade do Curso de Turismo reside na sua internacionalização. As experiências internacionais são, reconhecidamente, uma mais-valia para a formação dos futuros profissionais de Turismo. A mobilidade a nível internacional facilita, também, a aprendizagem / aperfeiçoamento de um idioma, o que significa que os alunos chegam ao mercado de trabalho com competências linguísticas devidamente aumentadas. Para tal, o Curso de Turismo coloca à disposição dos alunos a oportunidade de realizar estágios em diversos países europeus.

Quanto à avaliação do Curso de Turismo verificamos duas situações: por parte dos recém licenciados, cujo *feedback* é bastante positivo; e por parte dos empregadores, cuja consideração é receberem bons profissionais, correspondendo às expectativas do mercado, em particular no que se refere à sua integração nos postos de trabalho e como membro das equipas nas quais se tem vindo a integrar. De realçar ainda o forte sentido de responsabilidade de que são dotados, bem como a sua razoável capacidade de

adaptação a situações novas, o que resulta em grande medida da qualidade do trabalho desenvolvido, com os alunos, ao longo da sua formação académica, e em particular resulta da componente mais prática do curso.

RECOMENDAÇÕES

Toda a instituição (ESTG) se encontra num processo de mudança global, centrado na transição para o Novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior. As expectativas são altas, sendo crença comum que esta mudança combaterá algumas das dificuldades que resultantes do modelo anterior. Por exemplo, o Coordenador de Curso tem uma autonomia muito limitada e o funcionamento do Curso está dependente duma orientação *top-down*, ou seja orientações superiores. Consideramos ser necessário disponibilizar os meios necessários para reforçar o cargo de Coordenador de Curso, por forma a seguir uma orientação *bottom-up*, implementando estratégias específicas ao Curso podendo assim torná-lo ainda mais competitivo.

As iniciativas recomendadas no ponto anterior prendem-se com a clara vontade de aumentar a taxa de empregabilidade dos alunos saídos do Curso de Turismo. No entanto, à excepção do *feedback* dos recém licenciados, não tem sido prática comum acompanhar a evolução dos alunos licenciados no mercado de trabalho. Nesse sentido, consideramos ser necessário criar um observatório de empregabilidade dos alunos oriundos do Curso de Turismo. Ainda nesta linha, seria interessante criar um *alumni mailing list* para manter contacto com os ex-alunos e proporcionar uma porta de abertura ao mercado de trabalho.

O Laboratório de Turismo foi criado no sentido de dar resposta às exigências do mercado de trabalho, nomeadamente na melhoria de competências dos profissionais do sector na área da tecnologia. Cada vez mais, empresas de turismo necessitam de reforçar a capacidade tecnológica que permita desenvolver novos canais de distribuição do seu produto e a melhorar o relacionamento com os seus clientes. Acontece que a falta de investimento no Laboratório de Turismo tornou o equipamento informático obsoleto, impossibilitando, de forma regular, a prática das mais modernas tecnologias e soluções aplicadas ao turismo.

Finalmente, consideramos importante que se reforce o incentivo à pesquisa e investigação, para os alunos terem acesso aos conteúdos dos mais conceituados estudos e tendências da indústria do turismo.